ENTRE O DITO E O ESCRITO: UMA ANÁLISE DA PERSISTÊNCIA DA ORATURA INDÍGENA NA LITERATURA BRASILEIRA

BETWEEN THE SAID AND THE WRITTEN: AN ANALYSIS OF THE PERSISTENCE OF INDIGENOUS ORATURE IN BRAZILIAN LITERATURE

Aryane Teixeira da Silva Morais (UFC)

teixeiraaryane@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0003-3953-5678>

Elizabeth Dias Martins (UFC)

bethdiasufc2@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7817-6749>

RESUMO: *Este artigo explora a oratura como a "palavra viva", essencial para a preservação de tradições e culturas. A pesquisa analisa como a oratura foi marginalizada em comparação à literatura escrita, e como ambas deveriam coexistir e se complementar. Com base nas ideias de Jack Goody (2012), o artigo reflete sobre a importância da oratura, especialmente entre os povos indígenas, como meio de transmissão de saberes e identidades culturais. Além disso, discute a evolução do conceito de folclore no Brasil, destacando a contribuição de estudiosos como Sílvio Romero, Mário de Andrade e Câmara Cascudo para a valorização da cultura popular, bem como o conceito de folclorização e a marginalização da cultura popular e indígena, vistas sob um olhar reducionista, que as colocava na posição de pertencentes a um povo "inculto". Na busca por respostas, será possível explorar a dinâmica entre a tradição oral e escrita na formação do imaginário e da memória coletiva nacional. Ainda tem por fim, entender os conceitos de folclore e folclorização; compreender a relação entre a oratura e a literatura indígena; e refletir sobre o papel das narrativas indígenas na construção e preservação das identidades culturais destes povos.*

PALAVRAS-CHAVE: *oratura; literatura indígena; literatura oral.*

ABSTRACT: *This article explores orality as the "living word," essential for the preservation of traditions and cultures. The research analyzes how orality was marginalized in comparison to written literature and how both should coexist and complement each other. Based on the ideas of Jack Goody (2012), the article reflects on the importance of orality, especially among indigenous peoples, as a means of transmitting knowledge and cultural identities. Furthermore, it discusses the evolution of the concept of folklore in Brazil, highlighting the contributions of scholars such as Sílvio Romero, Mário de Andrade and Câmara Cascudo to the valorization of popular culture, as well as the concept of folklorization and the marginalization of popular and indigenous cultures, viewed through a reductionist lens that placed them as belonging to an "uncultured" people. In the search for answers, it will be possible to explore the dynamics between oral and written traditions in the formation of*

national imagination and collective memory. Additionally, it will examine the concepts of folklore and folklorization, understand the relationship between orality and indigenous literature, and reflect on the role of indigenous narratives in the construction and preservation of these peoples' cultural identities.

KEYWORDS: *orature; indigenous literature; oral literature.*

1 Introdução

A comunicação é um dos pilares fundamentais que sustentam as sociedades humanas. Ela transcende idiomas e fronteiras culturais, assumindo múltiplas formas ao longo das gerações. Desde a fala e a escrita até gestos, símbolos, dança e expressões visuais, a comunicação está presente de maneira onipresente, seja no registro formal ou na simples troca de palavras cotidianas. A afirmação de João Martins de Athayde — "Sou um analfabeto que sempre viveu das letras" (Athayde apud Abreu, 1999, p. 93) — reflete um paradoxo que revela a complexidade da tradição oral: mesmo sem a escrita alfabética, as palavras continuam vivas e a história se perpetua. Este é o cerne do paradoxo da tradição oral: o compartilhamento e a preservação da cultura e da história, apesar da ausência de registros escritos alfabéticos.

A comunicação oral, inclusive, é uma das características que nos distingue dos animais, conforme aponta Roque Laraia (1995). A oralidade também foi uma das chaves pela qual as culturas humanas transmitem os seus conhecimentos e sabedorias, acumulando e atualizando esse saber ao longo das gerações. Enquanto o chimpanzé, nosso parente mais próximo, possui a capacidade de observar e inovar, o conhecimento gerado por ele é limitado à sua existência. Já o ser humano, por meio da linguagem falada, cria um processo contínuo de acumulação e transmissão de saberes que ultrapassam o tempo e o espaço, formando uma rede de conhecimentos compartilhados.

Para compreender o fenômeno da tradição oral, é necessário considerar dois pontos fundamentais. Primeiro, os conteúdos transmitidos oralmente não são estáticos. Mitos, canções, ditados e histórias são constantemente moldados pelo momento em que são narrados, adaptando-se ao contexto e à necessidade do narrador e de seu público. Segundo, a tradição oral depende da repetição para se manter viva. Contudo, essa repetição não é meramente uma cópia, mas uma versão atualizada, que incorpora as invenções e as mudanças do momento. Assim, o patrimônio oral é, simultaneamente, coletivo e dinâmico, marcado por uma constante transformação enquanto permanece fiel à sua origem (Alberti, 2004).

Essa dinâmica é observada especialmente entre os povos indígenas, para quem a oralidade é um dos modos de perpetuar a sua história, as suas tradições, as suas narrativas, os seus saberes sobre a natureza e as suas práticas religiosas. As narrativas eram passadas de geração em geração,

principalmente durante as reuniões ao redor da fogueira, onde os mais velhos contavam aos jovens as histórias da comunidade e os feitos de seus ancestrais. Como descreve Cascudo (2006), "era também a hora em que os moços, os curumi-açu, tomavam conhecimento das tradições guerreiras, das ocorrências seculares, dos segredos orais que orgulham a memória de narradores e auditório." (Cascudo, 2006, p. 83) A oralidade não se limitava a relatos do passado; ela estava profundamente relacionada ao presente, às práticas cotidianas e ao conhecimento do mundo.

Desta forma, faz sentido então afirmar que a oralidade não é simplesmente o oposto da escrita, mas uma forma de expressão possuidora da sua própria riqueza e importância. Rancière (1995) argumenta que a escrita pode ser vista como "o contrário da palavra viva" (1995, p. 97), pois, ao contrário da oralidade, ela tende a fixar e imortalizar o discurso, tornando-o imutável. Já a tradição oral, com a sua flexibilidade e fluidez, está sempre viva, sendo capaz de se adaptar aos novos contextos e de se renovar constantemente. Este fenômeno é essencial para a manutenção da cultura, pois as palavras não se perdem com o tempo, mas se transformam, se tornam parte do fluxo contínuo da história.

O Frei Ivo d'Evreux, ao visitar o Norte do Brasil, observou com admiração a prática de narrar as histórias dos antepassados, atividade profundamente enraizada na tradição oral indígena. Ele destaca que os velhos narravam as suas histórias de uma descendência a outra, transmitindo o conhecimento e as experiências passadas de forma viva, como um ritual que criava laços entre o passado e o presente. Essa prática de contar histórias não era apenas uma forma de educação, mas também uma maneira de preservar a identidade e a cultura do grupo. Ele destacou:

O que mais me admirou foi vê-los narrar tudo quanto se há passado desde tempos imemoriais, somente por tradição, porque têm por costume os velhos contar diante dos moços quem foram seus avós e antepassados, e o que se passou no tempo deles: fazem isto na Casa-Grande, algumas vezes nas suas residências particulares, acordando muito cedo, e convidando gente para ouvi-los, e o mesmo fazem quando se visitam, porque abraçando-se com amizade, e chorando, contam um ao outro, palavra por palavra, quem foram seus avós e antepassados, e o que se passou no tempo em que viveram. (D'evreux, 1929, p. 122-123)

O Romanceiro, um gênero literário medieval, também exemplifica essa transmissão oral de histórias. Embora as narrativas fossem eventualmente registradas por escrito, a sua origem remonta a uma tradição oral, onde os narradores as recitavam, passando-as de boca em boca, sem o auxílio da escrita. Mesmo com a invenção da imprensa e o avanço da literatura escrita, a transmissão oral continuou a desempenhar um papel vital, tanto na preservação de tradições quanto na criação de novas formas de narrativa.

Os estudos acadêmicos sobre a oralidade começaram a ganhar destaque apenas na metade do século XX, a partir de pesquisadores como A. B. Lord (Zumthor, 1993), que investigaram como as epopeias, a exemplo da de Homero, eram compostas e transmitidas oralmente. Desde essas pesquisas,

a compreensão da oralidade como um fenômeno literário foi se aprofundando, embora ainda houvesse resistências entre os estudiosos, que viam a oralidade com certo preconceito, associando-a à improvisação e à falta de rigor literário.

Zumthor (1993), um dos principais estudiosos da oralidade, fez importantes contribuições para a compreensão desse fenômeno, distinguindo três tipos de oralidade: imediata e primária, mista e segunda. A oralidade primária, que ocorre em sociedades sem um sistema de escrita, é completamente dependente da fala e da memória. Já as outras formas de oralidade coexistem com a escrita e estão marcadas pela influência deste meio. A oralidade mista se caracteriza por um uso da escrita ainda influenciado pela tradição oral, enquanto a oralidade secundária surge em sociedades letradas, onde a escrita domina, mas a oralidade mantém sua presença no imaginário e nas expressões culturais.

Esses diferentes tipos de oralidade ilustram a complexidade do fenômeno e a sua relação com a escrita, desafiando a visão simplista de que a oralidade é apenas um estágio primitivo ou menos sofisticado da literatura. Como Zumthor (1993) explica, em sociedades letradas, a transmissão oral de textos ainda segue um processo de produção, comunicação, recepção, conservação e repetição, mas com características próprias que se afastam da tradição escrita.

A oralidade desempenha um papel fundamental na preservação e transmissão das histórias, saberes e culturas. Mesmo em uma era dominada pela escrita e pelas tecnologias digitais, a tradição oral continua viva, adaptando-se às novas formas de comunicação e sendo fundamental para a continuidade das identidades culturais. Ao longo dos séculos, as narrativas orais se mantiveram resilientes, sendo constantemente transformadas pela ação dos narradores, mas sempre preservando o seu poder de ligar o passado e o presente, garantindo que as palavras nunca deixem de ser vivas.

Dito isso, surge a questão central: como estas manifestações orais, especialmente as narrativas indígenas, conseguem se manter vivas ao longo tempo, influenciando a literatura nacional? Além disso, de que maneira estes relatos, transmitidos por gerações, são preservados, adaptados, reinterpretados ou apropriados no contexto contemporâneo?

É, portanto, objetivo deste trabalho explorar a dinâmica entre a tradição oral e escrita na formação do imaginário e da memória coletiva nacional. Além disso, vamos explorar os conceitos de folclore e folclorização no contexto da oralidade indígena; compreender a relação entre a oratura e a literatura indígena; e refletir sobre o papel das narrativas indígenas na construção e preservação das identidades culturais destes povos.

2 Oratura e literatura: Características e permanências das tradições orais

A expressão "literatura oral" foi introduzida em 1881 e, desde então, tem sido objeto de discussão e aprofundamento entre estudiosos de diversas áreas. Um dos primeiros a tratar da literatura oral de forma estruturada foi Sébillot (1913), que a definiu como uma forma literária destinada àqueles que não sabiam ler, ou seja, como um substituto das produções literárias convencionais. Mais recentemente, Goody (2012) contribuiu para essa definição ao entender a literatura oral como uma forma ou gênero utilizado pelas civilizações sem escrita para compartilhar seus contos populares, mitos e histórias. Por sua vez, Zumthor (1933) apresenta a literatura oral como um fenômeno da voz humana, em que o texto existe tanto no plano físico quanto no psíquico e no sociocultural. Essas definições, apesar de virem de diferentes perspectivas, convergem ao identificar a literatura oral como um gênero que é transmitido por meio da oralidade, mas com grande capacidade de se manter vivo e em constante evolução.

Porém, ao introduzirmos o termo "literatura", criamos uma certa contradição, pois a palavra deriva do latim *littera*, que significa "letra", e tradicionalmente associa-se literatura à produção escrita, ao uso das letras. Nesse contexto, muitos estudiosos, como Goody (2012), argumentam que, ao associar a literatura à oralidade, estaria sendo feita uma apropriação indevida do conceito. Segundo o filósofo Aristóteles, por exemplo, literatura seria uma imitação ou representação da realidade por meio das palavras, o que torna o termo "literatura oral" problemático, pois na concepção tradicional, a literatura é necessariamente escrita.

Essa ambiguidade foi resolvida por alguns estudiosos por meio da introdução de um novo termo, o conceito de oratura, como proposto por Pio Zirimu, linguista ugandês da década de 1960. Outros atribuem a criação do termo ao francês *oraliture*, cunhado pelo haitiano Ernst Mirville em 1974. De qualquer forma, o conceito de oratura tem sido amplamente adotado para se referir às produções orais de povos indígenas, afrodescendentes e outras comunidades, incluindo mitos, lendas, cantos e outras manifestações literárias que se mantêm em formato oral, sendo transmitidas de geração em geração sem registro escrito.

É importante destacar que, embora o termo oratura seja utilizado para referir-se à literatura oral em alguns contextos, há autores como Leda Maria Martins, Mineke Schipper e Ángel Ortega que problematizam essa distinção, sugerindo que oratura e literatura não devem ser vistos como opostos, mas sim como manifestações que coexistem e se influenciam mutuamente. Portanto, faz sentido dizer que oratura e literatura não se excluem, visto que “a oralidade, em sua dimensão performática, por envolver ficcionalidade, plurissignificação e preocupação estética, não nega o que, na literatura, tem-se por fundamental, que é a dimensão estética e subjetiva da palavra” (Schiffler, 2017, p. 125). Portanto, a palavra, seja na oratura ou na literatura, permanece como elemento central da comunicação e da expressão humana.

O conceito de que a oratura e a literatura são manifestações distintas tem sido uma questão de debate por muitos anos. Muitos estudiosos, ao estudarem a tradição oral, tentaram analisar essas manifestações sob a ótica da literatura escrita, o que gerou distorções na compreensão das características específicas da oralidade. Goody (2012) critica essa abordagem, apontando que as características da oratura não podem ser simplesmente transferidas para a literatura escrita, uma vez que ambas as formas apresentam dinâmicas próprias. A oratura não é um simples "esboço" da literatura escrita, mas possui uma estrutura própria, fundamentada na performance, no uso da memória coletiva e na adaptação contínua de suas narrativas. Assim, ao longo do tempo, muitos dos primeiros textos escritos, especialmente nas culturas ocidentais, foram baseados em mitos, contos e tradições orais, embora tenham passado por transformações significativas no processo de transcrição e adaptação à escrita.

Ao longo da história, a oratura foi se mantendo viva, resistindo ao esquecimento. Mesmo com a evolução dos meios de comunicação e a disseminação da escrita, as manifestações orais, como mitos, lendas, contos populares e outros gêneros, continuaram sendo compartilhadas de geração em geração. Essa resistência ao apagamento é um dos elementos mais importantes da oratura, que, como destaca Câmara Cascudo (2006), se adapta às novas circunstâncias e continua a se expandir para novos lugares e contextos. A oratura não se limita ao formato tradicional, mas se transforma, adquire novos contornos e passa a influenciar outras formas de expressão cultural.

No final das contas, a oratura nada mais é do que uma forma de expressão cultural fundamental para a preservação de tradições e a construção de identidade, especialmente dos povos indígenas. Embora a literatura escrita tenha se tornado dominante ao longo dos séculos, as manifestações orais continuam a desempenhar um papel crucial, resistindo ao apagamento e adaptando-se aos tempos modernos. Como vimos, a oratura encerra características próprias que a distinguem da literatura escrita, mas também a influenciam de maneira significativa. A coexistência entre as duas formas de expressão demonstra a vitalidade da oralidade, que, mesmo em um mundo cada vez mais voltado para o texto escrito, permanece como um elo entre as gerações e como uma fonte inesgotável de criatividade e tradição.

3 Folclore e folclorização

Nos estudos sobre oratura e literatura indígena, o termo “folclore” aparece com frequência, especialmente porque as primeiras pesquisas sobre o tema ganharam destaque no Brasil a partir do final do século XIX. No entanto, é crucial adotar uma perspectiva crítica, refletindo sobre as implicações da folclorização para as narrativas indígenas. Esse processo pode impactar tanto a

autenticidade das oraturas dos povos originários quanto a preservação e a construção de sua identidade cultural.

Dito isso, foi o pesquisador Sílvio Romero um dos pioneiros dessa área, destacando-se em sua obra *O Elemento Popular na Literatura do Brasil e Cantos Populares*, que marcaram o início da reflexão sobre a cultura popular brasileira. O trabalho de Romero foi fundamental para o “despertar de um sentimento de identidade, mesmo que ainda tênue” (Martins, 1974-1964, p. 81). No século XX, muitos outros estudiosos se debruçaram sobre o folclore e a cultura popular, destacando-se figuras como Mário de Andrade, que, em 1937, organizou o primeiro *Clube de Etnografia* ou *Sociedade de Etnografia e Folclore no Brasil*, e representou o país no *Congresso Internacional de Folclore*, realizado em Paris. O interesse pela preservação da cultura popular no Brasil culminou na criação da Comissão Nacional do Folclore (CNFL) em 1947, que passou a realizar congressos, museus e exposições, com o objetivo de preservar as tradições populares brasileiras.

De acordo com Ortiz (2006), o pós-Segunda Guerra Mundial provocou uma aceleração da urbanização e avanços tecnológicos, gerando reações diversas na sociedade. Um dos efeitos dessa modernização foi a busca por preservar os costumes tradicionais, o que levou ao fortalecimento do movimento folclórico. No Brasil, a recuperação da cultura popular tornou-se uma maneira de afirmar a identidade nacional e, ao mesmo tempo, expressar ideais vanguardistas e projetos de construção nacional.

O termo "folclore" foi inicialmente cunhado em 1846 pelo arqueólogo inglês William John Thoms, que o utilizou para se referir ao "saber tradicional do povo". Thoms passou a organizar contos, lendas, mitos, provérbios, adivinhas, canções e outras manifestações populares transmitidas pela oralidade. Esses estudos sobre a literatura popular e antiga foram os primeiros esforços para compreender o folclore como um campo legítimo de pesquisa. No entanto, foi apenas em 1878, com a fundação da *Folklore Society*, que os estudos sobre o folclore ganharam maior profundidade. Em 1884, a *Folklore Society* apresentou uma nova definição de folclore, classificando-o como o estudo de narrativas tradicionais, costumes, superstições, crenças e linguagem popular (Almeida apud Frade, 1997).

No Brasil, as discussões sobre folclore também começaram a ganhar forma no início do século XX, com importantes contribuições de pesquisadores como João Ribeiro, Renato Almeida, Luís da Câmara Cascudo, Mário Andrade, entre outros. No entanto, foi apenas em 1951 que o folclore ganhou maior destaque no cenário nacional, com o primeiro *Congresso Brasileiro de Folclore* realizado no Rio de Janeiro. Nesse congresso, foi publicada a primeira *Carta do Folclore Brasileiro*, e nela foram estabelecidas as principais características da cultura popular, tais como anonimato, transmissão oral, antiguidade, sobrevivência e a ideia de civilidade (Fernandes, 2003).

Durante o período de 1947 a 1963, o conceito de folclore foi amadurecendo, especialmente no Brasil, onde se deu uma definição mais adequada às especificidades da cultura brasileira. Para Câmara Cascudo (2006), o folclore é o conjunto de saberes populares que envolve regras, costumes e mentalidades, representando a cultura do povo e refletindo a maneira como ele percebe e interage com o mundo. No entanto, ao longo dos anos, surgiram diferentes concepções de folclore, e um dos debates mais intensos ocorreu em 1954, no *Congresso Internacional de Folclore* realizado em São Paulo, onde surgiu um desacordo significativo: enquanto a Comissão Paulista de Folclore defendia ser este um atributo exclusivo da camada popular, outros estudiosos, como Florestan Fernandes, discordaram dessa compreensão. Fernandes (2003) argumentava que os elementos folclóricos - como provérbios, superstições, contos e lendas - eram comuns a todas as camadas sociais, sendo parte integrante da cultura de todos, e não apenas da camada popular. Ainda, ele apontava que, em muitas situações, as classes mais altas incorporavam elementos do folclore, como festas tradicionais e crenças populares, em seus próprios costumes.

Essas discussões sobre o caráter do folclore continuaram a evoluir e, em 1995, o *VIII Congresso Brasileiro de Folclore* redefiniu a compreensão do termo, destacando-o como o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas tradições expressas de forma individual ou coletiva, e representando a identidade social do grupo. A nova definição passava a reconhecer o folclore e a cultura popular como equivalentes, e ressaltava que qualquer grupo social poderia ser portador de folclore, independente de sua classe ou condição social (Carta do Do Folclore Brasileiro, 1995).

Essa nova definição expandiu o entendimento de folclore, afastando-o da ideia de algo exclusivo das camadas populares ou marginalizadas da sociedade. O folclore passou a ser reconhecido como um fenômeno cultural presente em todos os grupos sociais, refletindo a diversidade e a riqueza das tradições de diferentes povos. No entanto, apesar de sua importância, o folclore ainda enfrenta desafios devido ao processo de urbanização e à ascensão da cultura erudita, que muitas vezes marginaliza as tradições populares, mesmo sendo estas geradas a partir das manifestações populares da tradição oral. Fernandes (2003) explica que instituições como a igreja católica, a escola e a polícia, ao longo dos anos, exerceram uma pressão para apagar ou desvalorizar certos elementos culturais populares, considerando-os "ignorantes" ou "primitivos".

A pressão da urbanização e a ascensão do capitalismo também contribuíram para a marginalização de práticas culturais consideradas populares. No Brasil, por exemplo, muitos elementos do folclore foram deixados de lado, enquanto a sociedade se voltava para um saber mais "erudito", mais alinhado às estruturas de poder. Nesse contexto, o folclore passou a ser visto como uma manifestação da "cultura do inculto", contrastando com a ideia de uma cultura "cultivada" e "civilizada". (Fernandes, 2003)

No entanto, como bem observa Krenak (2019), as tradições orais não desapareceram, mas continuam a existir em comunidades e em práticas cotidianas, mantendo-se vivas nas narrativas que circulam entre as pessoas, sendo constantemente recontadas e adaptadas. Essas narrativas populares não estão restritas a um espaço geográfico ou social específico, mas podem ser encontradas em diferentes contextos, como nas festividades, nas histórias transmitidas entre gerações, nas crenças e nas práticas religiosas. A oratura representa, portanto, a persistência das tradições culturais e a dinâmica de uma cultura que não se deixa silenciar, apesar das pressões externas.

Em resumo, o folclore é um campo de estudo que busca compreender as manifestações culturais tradicionais de um povo, considerando as diferentes influências que moldam essas manifestações ao longo do tempo. No Brasil, o estudo do folclore evoluiu desde suas primeiras definições até uma compreensão mais inclusiva, a qual reconhece o folclore como uma parte fundamental da identidade cultural do país. O desafio agora é garantir que essas tradições continuem a ser valorizadas, preservadas e compreendidas em seu contexto dinâmico, sem serem deslocadas para uma marginalidade que as despoja de sua importância.

4 Oratura e literatura indígena

A literatura indígena no Brasil tem se destacado como uma rica forma de expressão cultural refletora das tradições, cosmovisões e desafios dos povos originários. No entanto, a análise dessa produção literária exige uma abordagem diferenciada, que leve em consideração as especificidades das práticas e valores indígenas, além das complexas questões de hibridação cultural e colonização. Este tópico busca refletir sobre as características as quais tornam a literatura indígena única, as questões que envolvem a sua análise e a importância dos mitos e das narrativas ancestrais na construção da identidade indígena.

A literatura indígena contemporânea desafia os parâmetros estabelecidos pela literatura tradicional ocidental. Em muitos casos, as obras de autoria indígena não se limitam ao texto escrito, mas incluem também ilustrações, desenhos e outros elementos visuais, que dialogam diretamente com o conteúdo narrativo. De acordo com Kambeba (2018), a arte de desenhar entre os povos indígenas vai além da simples representação visual; ela carrega um profundo significado simbólico, funcionando como uma forma de comunicação a transcender as palavras. As cores vibrantes e os desenhos não servem apenas para ilustrar o texto, mas para representar sentimentos, emoções e informações consideradas fundamentais para a narrativa indígena.

Essa característica distintiva da literatura indígena revela uma relação estreita entre o visual e o escrito, na qual a ilustração não é apenas decorativa, mas essencial para a transmissão do conhecimento e da cosmovisão indígena. Dessa forma, ao se deparar com um livro de autoria

indígena, o leitor é convidado a participar de uma experiência sensorial que ultrapassa a leitura convencional, envolvendo-se com o texto não apenas por meio da compreensão linguística, mas também pela interação com o imaginário visual que o acompanha.

Dessa forma, a literatura indígena não pode ser tratada de forma homogênea, como muitas vezes ocorre na abordagem tradicional. Julie Dorrico, Leno Francisco, Heloisa Helena Siqueira e Fernando Danner (2018) alertam para o risco de reduzir as narrativas indígenas a um conjunto único, sem levar em consideração a diversidade de povos, culturas e idiomas existentes no Brasil. A homogeneização da literatura indígena pode resultar em uma representação distorcida das diferentes realidades indígenas, apagando as suas particularidades e transformando-as em algo genérico e estereotipado.

O exemplo clássico da homogeneização na literatura brasileira é encontrado nas obras de José de Alencar, cujas representações de indígenas como heróis ou figuras idealizadas não correspondiam à realidade dos povos originários. Como observa o Irmão José Gregório (1980), personagens como Iracema e Peri, criados por Alencar, são representações não condizentes com as tradições e as realidades dos povos indígenas, mas sim com uma idealização do “bom selvagem”, uma visão simplista e romantizada dos indígenas. Essa distorção da realidade não é exclusiva da obra de Alencar, mas uma constante em diversas produções literárias que buscam construir uma imagem do indígena baseada em estereótipos ou visões exóticas.

Alencar foi ainda acusado de apresentar as suas personagens como heróis e não como criaturas humanas integrantes da realidade brasileira, o que levou A. Sales Campos a afirmar: “Há episódios e personagens cujas inverossimilhanças chocam e decepcionam o leitor menos exigente.” Podemos exemplificar: Iracema atirando flechas, quando é sabido que somente os homens manejavam o arco; Peri demonstrando amor cortesão e platônico com Ceci, caindo na idealização do “bom selvagem” de Jean Jacques Rousseau; porém, seu consórcio posterior com Ceci é símbolo da união das duas raças. (Gregório, 1980, p. 63)

Logo, a oratura e literatura indígena não podem ser vistas como uma simples reinterpretação de mitos ou tradições, mas como uma produção literária possuidora de múltiplas formas, estilos e significados, dependendo do contexto cultural e histórico de cada povo. A diversidade de abordagens e narrativas presentes na literatura indígena deve ser reconhecida e valorizada, de modo a evitar a construção de uma narrativa única cujas diferenças foram apagadas.

Os mitos, por exemplo, desempenham um papel central na literatura indígena, sendo considerados elementos fundamentais para a construção da identidade e da cultura dos povos originários. Ao contrário da literatura ocidental, em que muitas vezes os mitos são vistos como ficção ou entretenimento, as narrativas míticas indígenas têm uma função profunda e sagrada. Elas são essenciais para a explicação da origem do mundo, dos deuses e do ser humano, e não devem ser interpretadas como histórias fantasiosas ou desprovidas de realidade. Como destaca Thiél (2012), o

relato mítico indígena está intimamente ligado à religiosidade e à cosmovisão de um povo, representando não apenas uma forma de contar histórias, mas um meio de transmitir sabedoria, valores e crenças para as gerações futuras.

A relação entre os mitos e a vida cotidiana dos povos indígenas é profunda. Segundo Inês Almeida e Sônia Queiroz (2004):

Os mitos permeiam a vida cotidiana, não como criação alheia e alienadora, mas como base sobre a qual se desenvolvem as sabedorias, como se houvesse, desde tempos imemoriais, vozes mestras que, hoje, e em português, denominadas *Tradição*, ensinam, ou contam como as coisas devem ser. Mesmo que exista a compreensão de que tudo se transforma - e a transformação é a grande matéria dos mitos - os sábios das aldeias trabalham com suas memórias para que os novos elementos culturais que surgem incorporem os ensinamentos das vozes dos antepassados e dos espíritos anteriores ao homem. (Almeida; Queiroz, 2004, p. 235)

Por outro lado, a migração dos mitos, conceito desenvolvido por Egon Schaden (1988), evidencia que as narrativas indígenas não são estáticas, podendo ser adaptadas e reinterpretadas ao longo do tempo, conforme o contexto cultural e social em que estão inseridas. Essa adaptação pode ocorrer tanto dentro das próprias comunidades indígenas quanto no contato com outras culturas. No entanto, é importante destacar que, mesmo quando os mitos migram para outras culturas, eles mantêm o seu caráter social e simbólico, representando uma continuidade das crenças e valores do povo o qual os originou.

Logo, ao estudar a literatura indígena, é importante compreender o fato de não ser possível encaixá-la nos critérios tradicionais da literatura ocidental. Como destaca Câmara Cascudo (2006), a língua é um elemento essencial para a compreensão da literatura indígena, e a tradução das narrativas para o português pode desfalcar parte de seu significado original. Isso ocorre porque a língua indígena carrega em si uma série de valores, imagens e comparações, os quais não podem ser plenamente capturados em outra língua.

Além disso, a literatura indígena não deve ser analisada dentro dos padrões da literatura ocidental, como o gênero textual. Cada cultura indígena tem os seus próprios modelos de criação textual, podendo incluir tanto a oralidade quanto a escrita, mas sempre com uma abordagem distinta das convenções literárias europeias. A narrativa indígena, muitas vezes, não tem a intenção de entreter, mas de educar, transmitir saberes e fortalecer a identidade cultural.

Para finalizar, o estudo da literatura indígena não é apenas uma questão acadêmica, mas envolve também questões políticas e sociais. A literatura indígena tem o poder de resistir à marginalização e ao apagamento das culturas destes povos, funcionando como uma ferramenta de afirmação e preservação das identidades. No entanto, esse campo também está imerso em desafios, como o reconhecimento dos direitos autorais dos povos indígenas sobre as suas histórias e a preservação de conhecimentos tradicionais frente à exploração mercadológica. A literatura indígena

contemporânea precisa lidar com a hibridação cultural ocorrida quando os mitos e as tradições indígenas são adaptados ou reconfigurados para se ajustarem ao mercado editorial ou às expectativas externas.

A literatura indígena no Brasil é um campo de estudo exigente de uma abordagem crítica e sensível, que leve em consideração as especificidades culturais, históricas e linguísticas dos povos indígenas. Ao estudar essa produção literária, é importante reconhecer a sua diversidade, respeitar os seus valores e compreender o papel fundamental desempenhado pelos mitos e as narrativas ancestrais para a preservação da identidade indígena. A literatura indígena não deve ser vista como um simples reflexo de uma cultura exótica ou distante, mas como uma expressão legítima e vital da diversidade cultural brasileira, que continua a resistir, a se adaptar e a enriquecer o patrimônio literário do país.

4 Conclusão

A discussão aqui apresentada abordou a complexidade e a relevância da oratura como um elemento central na preservação cultural de diversas sociedades, com ênfase na literatura indígena no Brasil. A oratura, conceito que se refere à palavra viva, permanece um pilar fundamental de transmissão cultural, permitindo que as tradições, mitos e histórias sejam passados de geração em geração. No entanto, a relação entre oratura e literatura escrita tem sido marcada por tensões históricas, especialmente devido ao preconceito que associa a oratura à comunicação de uma população considerada "inculta", em contraste com a literatura escrita, vista como pertencente à esfera dos "cultos". Essa visão, ainda presente em muitos contextos, é uma simplificação equivocada da realidade e desconsidera o papel vital da oratura na continuidade e resistência das culturas populares.

O trabalho de Jack Goody (2012) é particularmente importante para entender como, ao longo do tempo, oratura e literatura passaram a coexistir de maneira paralela, cada uma com suas características próprias, mas ambas igualmente importantes na preservação e na evolução das culturas. Embora a literatura escrita tenha sido historicamente considerada mais válida e respeitável, a oratura, ao se manter viva, prova a sua capacidade de resistência e adaptabilidade, superando as barreiras impostas pela escrita e continuando a ser um meio poderoso de transmissão de conhecimentos e de fortalecimento das identidades culturais.

Nesse contexto, a literatura indígena se destaca como uma forma singular de expressão cultural. As narrativas indígenas, muitas vezes originadas da oratura, são carregadas de sabedoria ancestral, crenças e valores profundamente ligados à espiritualidade e à visão de mundo dos povos originários. Essa literatura, ao contrário da produção literária ocidental, não se limita ao formato escrito, mas envolve práticas orais, visuais e performáticas inseparáveis de seu conteúdo. Assim, é

essencial que a literatura indígena seja compreendida e valorizada em sua singularidade, respeitando as suas raízes orais e a complexidade de suas narrativas.

Uma das questões mais importantes no estudo da literatura indígena é o cuidado necessário para não cair nas armadilhas da homogeneização e da estereotipação. Ao longo da história, os povos indígenas têm sido frequentemente representados de forma simplificada e exotizada, impedindo uma verdadeira compreensão de suas culturas e mitologias. Ao integrar a literatura indígena ao cânone literário brasileiro, é fundamental reconhecer a diversidade e a complexidade dessas narrativas, evitando o erro de tratá-las como algo uniforme ou "primitivo". Cada comunidade indígena tem as suas próprias tradições, mitos e práticas narrativas, que refletem as suas experiências e histórias particulares. Por isso, é essencial que o estudo da literatura indígena seja feito com respeito e sensibilidade cultural, reconhecendo as especificidades de cada povo.

Além disso, a migração dos mitos entre culturas desempenha um papel importante na adaptação e preservação dessas narrativas. A reinterpretação de mitos e histórias ao longo do tempo, especialmente quando elas são adaptadas para diferentes contextos culturais, demonstra a vitalidade e a resiliência das tradições indígenas. Ao serem recontadas, essas histórias não perdem o seu valor original, mas se tornam novas versões da mesma narrativa, adaptadas à realidade de outras culturas e sociedades. Esse processo de adaptação e sobrevivência é uma das características que permite que a oratura continue a desempenhar um papel vital na transmissão de valores, crenças e tradições de geração em geração.

Isto posto, entendemos aqui que a literatura indígena não deve ser vista como uma forma de literatura marginal ou inferior, mas sim como uma parte fundamental do patrimônio cultural brasileiro. Ela oferece uma perspectiva única sobre a história, a cosmologia e as práticas sociais dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que representa uma forma de resistência à tentativa de apagamento e colonização dessas culturas. A escrita, muitas vezes associada à opressão e à subordinação dos povos indígenas, também tem sido utilizada por essas comunidades como uma ferramenta de resistência, preservação e afirmação de suas identidades. Ao utilizar a escrita para registrar as suas narrativas, os povos indígenas conseguem garantir que as suas histórias sejam preservadas e reconhecidas, sem que as suas vozes sejam silenciadas pela imposição de uma literatura ocidental hegemônica.

Compreender a literatura indígena em sua totalidade exige uma abordagem que vá além dos moldes tradicionais da literatura ocidental. A literatura indígena deve ser vista como uma extensão da oratura, um meio pelo qual os povos indígenas continuam a compartilhar as suas histórias e sabedoria. Essa literatura não é apenas um conjunto de narrativas, mas uma manifestação cultural viva e dinâmica, que se adapta às necessidades de cada povo e reflete a sua visão de mundo. Por isso, é essencial que o estudo da literatura indígena seja realizado com uma abordagem interdisciplinar e

respeitosa, levando em consideração os aspectos históricos, sociais, culturais e linguísticos que envolvem essas narrativas.

Portanto, em um mundo cada vez mais globalizado, a preservação e valorização da literatura indígena são fundamentais não apenas para a proteção da diversidade cultural do Brasil, mas também para o fortalecimento dos direitos e da autonomia dos povos indígenas. Ao reconhecer e promover as tradições literárias destes povos, a sociedade brasileira pode contribuir para a construção de um futuro mais inclusivo, no qual as diferentes vozes e culturas sejam respeitadas e valorizadas.

A literatura indígena, com as suas narrativas complexas e profundas, oferece uma oportunidade de reflexão sobre a História do Brasil e sobre as questões atuais que afetam os povos indígenas, inclusive a luta pela preservação de suas culturas, terras e direitos.

Nesse sentido, a literatura indígena não é apenas uma forma de expressão cultural, mas também uma ferramenta poderosa de resistência e transformação. Ao respeitar e valorizar essa literatura em sua totalidade, a sociedade brasileira pode aprender com as lições de sabedoria, resiliência e adaptação que os povos indígenas têm a oferecer. Em última análise, a preservação e promoção da literatura indígena são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e consciente da diversidade cultural que constitui o Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. *História de cordéis e folhetos*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

ALBERTI, Verena. *Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras*. Palestra proferida em 18 de maio de 2004 na sessão de abertura do VII Encontro Nacional de História Oral. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/113/108>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. *Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global, 2006.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. *Carta do folclore brasileiro*. Salvador: CNF, 1995. Disponível em: <http://www.museodofolclore.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2007. Cruz. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980

D'EVREUX, Frei Ivo. *Viagem ao norte do Brasil*. Trad. de Dr. César Augusto Marques. Rio de Janeiro: Typ. do Frias, 1929.

FERNANDES, F. *O folclore em questão*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOODY, Jack. *O mito, o ritual e o oral*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição Indígena ao Brasil*. Vol I. Brasília: União Brasileira de Educação, 1980.

KAMBEBA, Márcia Wayna. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando [Orgs.]. *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito antropológico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1995.

SCHADEN, Egon. *A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil: ensaio sociológico*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SCHIFFLER, Michele Freire. *Literatura, oratura e oralidade na performance do tempo*. In: Revista de Estudos Literários da UEMS, Mato Grosso do Sul, vol. 2, n. 16, p. 112-134, maio de 2017. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/1556> Acesso: 15 mar. 2023.

SÉBILLOT, Paul. *Littérature orale de la Haute-Bretagne*. Vol. 1. Maisonneuve, 1881.
SOUZA, Lynn Mario T. Menezes. Uma outra história, a escrita indígena no Brasil. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (org.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre, RS: Fi, 2020. p. 169-180.

THIÉL, Janice Cristine. *Pele silenciosa, pele sonora - A literatura indígena em destaque*. São Paulo: Autêntica, 2012.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

Texto submetido em: 01 dez. 2024

Aceito para publicação em: 06 mar. 2025

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.144357>